

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente e Membros do Governo

Antes da abordagem ao programa do governo, permitem-me uma saudação a todos as Açorianas e Açorianos e em especial aos profissionais da pesca dos Açores, desejando ao Sr. Secretário do Mar e das Pescas um profícuo trabalho, o seu sucesso será o sucesso dos profissionais da pesca e de toda a fileira da pesca.

O mar dos Açores constitui um importante e fundamental recurso natural e económico e com um elevado potencial para o crescimento da economia azul.

A temática das pescas, assume hoje uma abordagem diferente da do passado: capturar menos e vender melhor, assegurando a preservação dos recursos marinhos para as gerações vindouras e simultaneamente tirar partido da qualidade do nosso peixe “selvagem”, como é o caso do goraz, do imperador, alfonsim do cherne e de outras espécies valorizadas nos mercados de exportação, permitindo assim mais rendimento disponível para os nossos pescadores, armadores, conseqüentemente a toda a fileira da pesca.

Nada é ao acaso ou foi ao acaso:

O investimento feito pelos governos do Partido Socialista, quer ao nível das infraestruturas marítimas e terrestres, portos de pescas, casas de aprestos, equipamentos portuários, gruas, guinchos e a construção e reabilitação da rede dos entrepostos frigoríficos, assim como a modernização das Lotas e a instalação de equipamentos de fabrico de gelo, traduziram-se em ganhos de qualidade e modernidade, ao serviço dos nossos pescadores e de toda a fileira da pesca. Não só contribuiu para as condições de frescura e congelação do pescado após a captura até ao destino final, mas também em mais rendimento disponível como tem sido constatado na valorização do preço médio por Kg na primeira venda em lota.

As várias medidas já iniciadas pelo anterior governo do PS – como a gestão das quotas e capturas, e a marcação de pescado fresco nos Açores, potenciaram a valorização do pescado, funcionando também como instrumentos de combate à fuga à lota, garantido assim uma maior rastreabilidade e controlo do produto.

Mas se ao nível dos meios de segurança, equipamentos e valorização do pescado muito foi feito, permitindo garantir melhores condições técnicas e operacionais aos profissionais da pesca, também ao nível da formação, escolarização e qualificação profissional - no investimento nas áreas da segurança marítima, nos cursos de pescador e mestrança tornaram possível aperfeiçoar e melhorar os conhecimentos dos nossos profissionais sobre a tecnologia da pesca, manuseamento e estiva de conservação de pescado, contribuindo para uma modernização e melhoria significativa do sector para obtenção de mais rendimento e para uma melhor gestão dos recursos piscícolas.

A criação da Escola do Mar dos Açores pelo Governo do Partido Socialista, é bem demonstrativo da aposta estratégica e da importância que o mar assume para a nossa região não só na área das pescas, mas outras áreas da economia do mar que importa alavancar.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhor Presidente e Membros do Governo

Ao ler atentamente o XIII Programa do Governo referente às Pescas, o mesmo, não apresenta medidas novas, sem qualquer aprofundamento do sector, ignorando, propositado ou não, o que já se fez do que está em curso e do que estava programado fazer.

Como é possível falarem em pesca sem qualquer referência à gestão das quotas, esta fundamental na gestão dos recursos naturais e que se tem comprovado na obtenção de mais rendimento disponível para os nossos pescadores com a valorização do pescado, e de extrema importância para a Política Comum de Pescas, que também não é referenciada, assim como os TAC – Totais Admissíveis de Captura, concretamente no que respeita à gestão da quota dos atuns, do Patudo, Voador e Rabilho.

A gestão de 85% da quota nacional foi uma conquista do sector pesqueiro e do anterior governo, junto do governo da república não só para os atuns mas também do alfonsim e imperador.

Estranhamente não existe qualquer referência neste programa de governo se continua ou não com a escolarização dos profissionais da pesca ou com a designação de áreas protegidas para gestão de recursos, ou políticas de diminuição do esforço de pesca, abates de embarcações e seletividade de artes.

O programa não define as linhas estratégicas que vão seguir-se em relação ao novo quadro Comunitário – o novo FEAMP está aí à porta e nem uma palavra ou frase!!!

Como rendimento complementar não existe qualquer referência nas Estratégias de Desenvolvimento Local e nos GAL Pesca instrumento criado pela primeira vez na anterior legislatura para dinamizar projetos nas comunidades piscatórias dos vários

territórios abrangidos e que permite por exemplo planos de recuperação do património histórico material e imaterial relacionado com as diferentes atividades desenvolvidas no âmbito marítimo, no sentido de preservar o nosso marco identitário e potenciar a sua utilização turística.

Diria que a explanação do programa começa com uma contradição:

“É preciso inverter o paradigma atual do sector das pescas, assente em rendimentos de subsistência - e muitas vezes de pobreza - como se constata em algumas das nossas comunidades piscatórias. É urgente romper com a ideia, errada e injusta, de que a Pesca está irremediavelmente ligada a bolsas de pobreza e a problemas sociais.”

Então diz-se que o paradigma atual do sector assenta em baixos rendimentos e logo a seguir que é necessário combater esta ideia errada e injusta. Então em que ficamos? E neste contexto não seria de falar pelo menos em implementar os contratos de Trabalho na Pesca?

Falar que o paradigma da pesca atual assenta em rendimentos de subsistência e muitas vezes de pobreza é não só errado, injusto como uma ofensa a todo o sector da pesca, uma ofensa aos nossos pescadores e a toda a fileira da pesca. Não se pode confundir o ramo com a arvore.

Nesta área tão sensível e de grande importância para os Açores, **não encontramos** neste programa do governo, uma visão de futuro, com objetivos claros, com inovação e modernidade, **um programa desligado da atual dinâmica do sector e que não apresenta soluções para os seus desafios.**

No entanto e ao contrário do partido que lidera o governo, não utilizaremos a política do bota-abaixo, de propor paragens biológicas injustificadas, o dar tudo a todos, faremos uma oposição responsável com propostas credíveis e quantificadas com o fizemos no passado recente, mas sempre virado para o futuro e para o efetivo desenvolvimento do sector pesqueiro:

Temos este legado.

Temos esta obrigação.

Temos este desígnio.

Disse!

Mário Tomé - Deputado do GPPS/A

Sala de Sessões 10 de dezembro de 2020